



APOSENTADORIA ESPECIAL

Plenário avalia regulação da aposentadoria especial por periculosidade nesta quarta



Plenário do Senado: sessão deliberativa tem três projetos na pauta

O Plenário do Senado se reúne em sessão deliberativa nesta quarta-feira (10), às 14h, com três itens na pauta. Entre eles, está o projeto de lei complementar que regulamenta a aposentadoria especial por periculosidade (PLP 245/2019). O texto, do senador Eduardo Braga (MDB-AM), estabelece critérios de acesso a segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) expostos a agentes nocivos à saúde ou a risco pelo perigo inerente à profissão, e foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2 de maio.

Segundo o PLP 245/2019, tem direito a aposentadoria especial o segurado com efetiva

exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, incluídos em lista definida pelo Poder Executivo. De acordo com o texto, deve ser observada uma carência de 180 meses de contribuições.

Em seu parecer aprovado na CAE, o relator, senador Esperidião Amin (PP-SC), acatou parcialmente 17 das 47 emendas recebidas. Na opinião do parlamentar, a aprovação da matéria faz justiça aos trabalhadores. Se aprovado em Plenário, o PLP segue para a análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

Com 99,5% dos votos, nova diretoria do Sindicato é eleita



No último dia 05 de maio os vigilantes associados ao Sindicato dos Vigilantes e Petrópolis e região foram às urnas para escolher a nova diretoria da entidade.

Com 99,52% dos votos válidos, a Chapa 1 encabeçada pelo atual presidente Adriano Linhares foi aclamada com ampla maioria para comandar o Sindicato no quadriênio 2023/2027.

Em todo o processo, que contou com urnas fixas e itinerantes, apenas um voto em branco foi registrado.

“Só quero em nome da diretoria, agradecer a renovação dessa confiança da nossa categoria no nosso trabalho. Lutamos por melhores condições sempre, direitos garantidos e uma melhor qualidade de vida para os vigilantes.

E, assim, continuaremos o trabalho nos próximos anos. Sempre ao lado e defendendo o trabalhador”, afirma Adriano Linhares, presidente.

Durante todo o processo eleitoral e a apuração, vários representantes de outras categorias e Sindicatos como os Rodoviários, Sindicato da Saúde, Sindicato dos Têxteis, Sindicato dos Vestuários, Sindicato dos Lapidados, Sindicato do Comércio, Sindicato dos Porteiros, Sindicato dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região (SVNIT).

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Região

Novo decreto de armas vai impor restrições mais severas a atiradores e a clubes de tiro

Após dez reuniões, grupo de trabalho criado para discutir o assunto no Ministério da Justiça deve finalizar relatório ainda em maio

EVANDRO LEAL/ENQUADRAR/ESTADÃO
CONTEÚDO



Mulher pratica em um clube de tiro em Porto Alegre

O grupo de trabalho criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para discutir a atualização do Estatuto do Desarmamento deve finalizar, até a próxima segunda-feira (15), o relatório que vai subsidiar o novo decreto de armas. Segundo o ministro da Justiça, Flávio Dino, o grupo deve propor ao presidente da República um texto “fortemente restritivo”, com moderação severa a donos de armas e a clubes de tiro.

Uma das propostas discutidas sugere criar impostos sobre a propriedade de arma de

fogo, semelhante ao IPVA sobre veículos. Essa ideia já foi ventilada também no Congresso, com a sugestão da criação do Imposto sobre Propriedade de Armas de Fogo (IpaF), com uma alíquota anual de 20% sobre o valor da arma. O recurso seria administrado pela União e custearia a segurança nas escolas.

Outra proposta tem a ver com uma regulação mais rígida para os clubes de tiro, começando pela restrição no horário de funcionamento dos estabelecimentos. No ano passado, ainda durante a transição de governo, Flávio Dino

defendeu a tese de que clubes têm que ter horários fixados, com o fim do modelo 24h. Atualmente, a legislação permite que clubes de tiro operem em horário integral, todos os dias da semana.

Entre 2018 e 2021, o número de lojas de armas com registro concedido pelo Exército aumentou 143%. O quantitativo de novas permissões de estabelecimentos passou de 237 para 577. No mesmo período, o número de pessoas físicas com registro de CAC (Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador) saltou de 117.467 para 515.253, um crescimento de 338%.

Até o momento, o grupo que trabalha no diagnóstico sobre o cenário das armas realizou dez reuniões. Um último encontro acontece ainda nesta semana, para debater detalhes do relatório.

Ao comentar o assunto na semana passada, Dino afirmou que o governo não tem intenção de encerrar o comércio de armas no país, mas sim de aperfeiçoar os critérios para a obtenção delas.

“Vamos seguir a proposta de restringir o acesso às armas porque o recadastramento reforça essa necessidade. Estamos falando de um país que tem 939 mil armas recadastradas. Isso é maior do que o acervo de praticamente todas as Polícias Militares do país. Ou seja, já temos muitas armas em poder privado”, disse.

O comentário foi feito durante a divulgação do balanço de recadastramento de armas realizado pela pasta, que terminou na última quarta-feira (3) e alcançou 99% da meta.

Conforme balanço final da Polícia Federal, o número de armas recadastradas de uso permitido é de 894.890, e o de armas de uso restrito é de 44.264. No Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) foram cadastrados 882.801 armamentos permitidos e 50.432 de uso restrito, totalizando 933.233.

Promessa de campanha

A restrição ao porte e à posse de arma de

fogo no Brasil faz parte de uma promessa de campanha de Lula. Já no primeiro dia de mandato, o presidente revogou os decretos do governo Bolsonaro sobre acesso a armas e munições. O decreto suspendeu os novos registros de armas, de clubes e escolas de tiro, e de CACs.

A decisão do atual governo se tornou objeto de críticas no Congresso Nacional, que tenta, por meio da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, reestabelecer a flexibilização da venda de armamentos.

O deputado Alberto Fraga (PL-DF), relator do projeto que suspende o decreto de Lula sobre armas, afirma que o endurecimento da legislação sobre armas é uma “posição revanchista” do governo federal. Segundo o deputado, caso Lula adote uma posição radical sobre o assunto, o “caminho natural” para o novo decreto de armas é a revogação.

“Temos que ter diálogo sobre o assunto e negociar um texto que seja factível. A resposta da oposição no Congresso vai ser na linha de suspender o novo decreto”, afirma o parlamentar.

Para Welliton Caixeta Maciel, especialista em segurança pública, professor e pesquisador do Grupo Candango de Criminologia da Universidade de Brasília (UnB), a iniciativa de restringir o acesso às armas é “necessária e urgente”. “Quem deseja ter arma de fogo em casa deve ter consciência das consequências possíveis por portar tal instrumento letal”, afirma.

Além disso, para o professor, além de intensificar as medidas restritivas, é necessário trabalhar a conscientização da sociedade. “É fundamental a articulação entre Executivo e Legislativo nesse momento de reconstrução e fortalecimento da política de desarmamento”, finaliza.

Fonte: R7 - BRASÍLIA - Hellen Leite

“Contribuição assistencial não pode ser confundida com imposto sindical”

Ação em julgamento no Supremo Tribunal Federal segue suspensa desde o final de abril com o pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes

DIVULGAÇÃO / SHUTTERSTOCK



No último mês, muitas dúvidas surgiram na base em função de um julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) onde os ministros discutem a possibilidade de fixação de contribuição assistencial decidida em assembleia como forma de custeio da negociação coletiva. Na categoria, ela é chamada de contribuição negocial porque existe única e exclusivamente em função dos processos negociais que os sindicatos estabelecem com as empresas.

“Mas, curiosamente, quando o Congresso

tenta votar o projeto de combate a fake news ou divulgação em massa de mensagens com conteúdo inverídico, parte da mídia comercial tenta, de maneira propositada, emplacar a falsa tese de que se trata da volta da contribuição sindical, ou imposto sindical, como era chamado”, afirmou o diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Carlos da Silva Dias, o Luizão.

“A contribuição assistencial não pode ser confundida com a contribuição ou imposto sindical. Ela nunca foi obrigatória e sempre

foi fixada em função de conquistas para os trabalhadores. Já o imposto sindical, historicamente combatido pelo Sindicato e pela CUT, deixou de ser obrigatório a partir da reforma Trabalhista de 2017. O julgamento em questão não é capaz de alterar nenhum ponto da reforma Trabalhista, como tornar o imposto obrigatório, e nada afeta a vida dos metalúrgicos e das metalúrgicas do ABC”, afirmou.

FOTO: ADONIS GUERRA/SMABC



Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Carlos da Silva Dias, o Luizão

Ainda segundo Luizão, a contribuição assistencial ou negocial, é aprovada de maneira democrática pelos trabalhadores nas assembleias e devida pelo conjunto de trabalhadores, já que todos se beneficiam das conquistas sociais e econômicas alcançadas nas negociações coletivas.

“Os trabalhadores sabem o quanto os acordos e convenções impactam de maneira positiva em suas vidas, como as negociações de data-base e da PLR, por exemplo, e a importância de ter um sindicato forte, combativo e representativo”, concluiu.

Julgamento

Cinco ministros já votaram para que os sindicatos possam fixar as contribuições assistenciais/negociais, desde que aprovadas em assembleias e com possibilidade de manifestação de oposição nestas assembleias, faltando apenas um voto para que essa posição seja confirmada. Em razão do pedido de vista pelo ministro Alexandre de Moraes no final de abril, o julgamento foi suspenso, devendo retornar em até 90 dias.

O Sindicato acompanha atento ao desfecho dessa discussão, já que representa o que sempre defendeu: a verdade nas relações de trabalho.

Entenda

- O antigo imposto sindical, previsto no artigo 582 da CLT, era cobrado de todos os trabalhadores, geralmente no mês de março de cada ano, independentemente de filiação. Equivalia a um dia de trabalho por ano. Também havia cobrança para as entidades patronais, com base no capital social das empresas. Com a reforma Trabalhista em 2017, o pagamento deste imposto passou a ser facultativo.

- O STF está prestes a mudar seu entendimento sobre a contribuição assistencial no julgamento dos Embargos opostos no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.018.459, e não sobre o imposto sindical, como alguns veículos de imprensa insistem em dizer que é, para admitir a cobrança da contribuição assistencial a todos os trabalhadores, uma vez que está prevista no artigo 513 – E, da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), desde 1946.

Escrito por: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

FONTE: CUT

CUT destaca negociações coletivas exitosas em material histórico inédito

Mais de 40% das cidades brasileiras não tem agências bancárias



Já está disponível a cartilha **Negociação Coletiva – Desafios e Experiências**, material produzido pela Secretaria de Relações de Trabalho da CUT Nacional que traz uma série de experiências exitosas no movimento sindical, em processos de negociação e garantia de direitos aos trabalhadores.

A cartilha cumpre a função de ser um rico instrumento de formação para que as mais diversas entidades ligadas à Central – sindicatos, federações e confederações – se subsidiem em suas ações de representação dos trabalhadores e trabalhadoras de suas bases.

“A ideia da cartilha é que as categorias possam, a partir das experiências apresentadas, ampliar seu poder de negociação com patrões”, diz o secretário de Relações do Trabalho da CUT, Ari Aloraldo do Nascimento.

A negociação coletiva é um instrumento, como mostra a história, que tem a capacidade de garantir direitos como auxílio-creche, vales transporte, refeição e alimentação, participação

em lucros e resultados, além de aumento real de salário nos acordos coletivos.

Ari Aloraldo destaca ainda que a publicação da cartilha acontece “em um momento de grande importância, já que o fortalecimento da negociação coletiva é pauta prioritária da CUT no Congresso Nacional”. A CUT e as demais centrais vêm discutindo a aprovação de leis que permitam que a negociação coletiva aconteça com maior eficácia.

Acesse o material aqui: https://admin.cut.org.br/system/uploads/ck/WEB_Cartilha%20de%20Negocia%C3%A7%C3%A3o%20Coletiva%20-%20Desafios%20e%20Experi%C3%Aancias.pdf

Construção do conteúdo

Durante o seminário que deu origem à cartilha, foram apresentadas várias experiências dos ramos químico, bancário, da alimentação e da construção civil. No evento, dirigentes sindicais responsáveis por organizar as categorias contaram como foram as negociações e apresentaram dados sobre suas ações.

Uma delas é a negociação da categoria bancária que tem conquistado acordos coletivos nacionais com ampliação de direitos, ao longo dos anos, mesmo com os ataques sucessivos à classe trabalhadora, promovidos pelos últimos governos, e à atuação dos bancos, no sentido de tentar reduzir esses direitos.

Experiências

Exemplo exitoso e que enriqueceu tanto o poder de negociação como a mobilização dos bancários foi a instituição de uma consulta

pública à categoria para elencar quais pontos eram prioritários para os trabalhadores – pontos que foram levados às mesas de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

“Em 2022 foram ouvidos 35 mil bancários nessa consulta”, destaca a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidenta da CUT, Juvândia Moreira.

A própria formação do Comando Nacional dos Bancários já é um exemplo de mobilização que fortalece a negociação coletiva. O comando é constituído de 130 sindicatos em todo o país que unidos em uma espécie de consórcio para fazer mesas nacionais de negociação. E o resultado foram conquistas importantes ao logo dos anos para a categoria.

As negociações desse setor acontecem há mais de 60 anos, dando origem às convenções coletivas de trabalho (CCT's). As experiências apresentadas na cartilha detalham a negociação realizada em dois segmentos – industrial (Fiesp) e farmacêutico (Sindusfarma), com a união entre CUT e a Força Sindical.

Ainda no ramo químico, outra experiência diz respeito a pautas polêmicas, que vêm sendo debatidas em grupos de trabalho bipartites, estabelecidos entre os setores sindical e patronal, o que tem garantido a construção de pontos de equilíbrio, mesmo quando os interesses são distintos.

A cartilha traz ainda outros exemplos como a história da negociação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos trabalhadores de grandes redes de supermercados, feita em nível nacional, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs-CUT).

Outras experiências são relatadas no material. São ações de ramos como o metalúrgico (Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT), alimentação (Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação da CUT), construção civil

(FSCM-CUT – Federação Solidária dos Trabalhadores da Indústria da Construção, do Mobiliário e da Madeira da CUT de São Paulo), e até de trabalhadores por aplicativos, tema que se configura como grande desafio para o movimento sindical, uma vez que a categoria ainda não tem uma regulamentação específica, mas já começa a se mobilizar pela garantia de direitos.

Apresentação

Para contextualizar a importância da negociação coletiva e apresentar as ações exitosas, a cartilha destaca a atuação do movimento sindical ao longo dos tempos frente às condições adversas enfrentadas pela classe trabalhadora como a crise econômica, que aprofundou o desemprego nos últimos anos, desde o golpe de 2016 contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, os constantes ataques a direitos durante os governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), com as reformas Trabalhista e Previdenciária, e o aumento tanto da precarização das relações do trabalho quanto o aumento da informalidade.

“O resultado é o crescente empobrecimento e vulnerabilidade social da classe trabalhadora”, destaca o texto de apresentação, reforçando pontos como a redução do poder de compra dos trabalhadores, a instabilidade no emprego e na renda, e a insuficiência de serviços públicos essenciais aos trabalhadores e suas famílias.

“A negociação coletiva se mostra necessária, essencial pela unificação das categorias, ouvindo os trabalhadores, conhecendo suas demandas. E quanto mais unidos estão os trabalhadores em suas categorias, mais forte é o poder negociação e a consequente conquista de direitos. Unificar os trabalhadores é papel principal do movimento sindical”, pontua Ari Alorald do Nascimento.

Fonte: Andre Accarini | Editado por: Rosely Rocha / CUT Brasil

CCJ aprova projeto que regula atraso em audiências de causas trabalhistas



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Patrus Ananias concorda que as partes podem optar por remarcar a audiência

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1539/19, do Senado Federal, que permite que as partes e os advogados se retirem em caso de atraso injustificado do início de audiência em causas trabalhistas.

A proposta modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para prever que se, até 30 minutos após a hora marcada, a audiência, injustificadamente, não houver começado, as partes e os advogados poderão deixar o local. A audiência deverá ser remarcada pelo juiz ou presidente para a data mais próxima possível, sendo vedada a aplicação de qualquer penalidade às partes.

Atualmente, a CLT só admite que as partes deixem o tribunal após atraso do juiz por mais de 15 minutos. Pela proposta, não interessa a razão do atraso – se é a ausência do juiz ou

qualquer outro motivo. E o prazo passa para 30 minutos.

O texto recebeu parecer favorável do relator, deputado Patrus Ananias (PT-MG). “Trata-se de uma faculdade concedida às partes, que podem optar por permanecer aguardando a audiência ou se retirar e solicitar a remarcação, de forma a respeitar seus outros compromissos ou necessidades, sem que sejam apenas em decorrência de um atraso a que não deram causa”, defendeu.

O projeto foi analisado em caráter conclusivo e, portanto, poderá seguir à sanção presidencial, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário.

Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei

Reportagem - Paula Bittar

Edição - Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Silvio Almeida propõe pacote de medidas após agressão a casal negro em mercado na BA

O caso ocorreu em Salvador em uma unidade do Big Bom Preço, pertencente ao grupo Carrefour

Foto: REPRODUÇÃO



O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, anunciou nesta segunda-feira 8 um conjunto de medidas a serem adotadas pela pasta após o caso de agressão a um casal negro em um supermercado de Salvador, na Bahia. O caso aconteceu na última sexta-feira 5.

Almeida defendeu ações rígidas e avaliou que as empresas sabem há muito tempo o que deve ser feito. Ele informou que apresentará um ofício ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal para discutir a regulamentação das empresas de segurança no Brasil. Prometeu, também, dar celeridade a projetos de lei em tramitação no Congresso contra práticas discriminatórias. Disse, ainda, que o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura será instado a atuar no caso e acrescentou que proporrá Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

a responsabilização penal das empresas envolvidas por prática discriminatória.

Imagens que circularam nas redes sociais mostram um casal sendo espancado por seguranças do mercado após supostamente praticar um furto em uma unidade do Big Bom Preço, pertencente ao grupo Carrefour. Acuados no entorno da loja, a mulher e o homem foram xingados e receberam tapas no rosto enquanto o autor da agressão questionava o que eles faziam no local. Em um determinado momento da gravação, a mulher abriu uma mochila, mostrou pacotes de leite e disse que estava ali pela filha.

Um pedestre que passava pelo local tentou intervir e foi intimidado: “Você é advogada? Parou pra quê?”, disse um dos supostos seguranças.

Após a divulgação do caso, o Carrefour se manifestou por meio de seu vice-presidente de Operação e Transformação, Marcelo Tardin. Ele disse que o caso foi registrado na polícia para a devida apuração e alegou que as características do agressor não seriam compatíveis com a de qualquer colaborador próprio ou terceirizado da unidade. Segundo a rede, porém, houve a rescisão de contrato com a empresa terceirizada responsável pela segurança externa da loja.

Escrito por: CartaCapital

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF